

## Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 da Cooperativa de Crédito dos Servidores Municipais de Timóteo Ltda – COOPERTIM, na forma da Legislação em vigor.

### 1. Política Operacional

Em 2021 a Coopertim completou 37 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

### 2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, a Coopertim obteve uma sobra bruta de R\$944.294,73 no ano, ficando uma sobra líquida a disposição de assembleia de R\$516.187,67.

### 3. Ativos

Os recursos depositados na Caixa Econômica Federal somaram R\$3.904.200,92, por sua vez a carteira de créditos representava R\$6.616.210,96.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 13,70% da carteira, no montante de R\$925.004,11.

### 4. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da Coopertim era de R\$364.217,58.  
O quadro de associados era composto por 911 Cooperados.

### 5. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Coopertim adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 96,58% nos níveis de "A" a "C".

### 6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pela confederação SICOOB e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, e está desenvolvendo uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## 7. Conselho Fiscal

Eleito a cada biênio na AGO, com mandato até a AGO de 2023, o Conselho Fiscal tem a responsabilidade de verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

## 8. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Agente de Apoio a Ouvidoria, sendo o Ouvidor centralizado no BANCOOB, de acordo com modelo de componente único de ouvidoria, conforme previsto na Resolução 3.849/10 do Conselho Monetário Nacional. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2021, a Ouvidoria não registrou nenhuma manifestação de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

## 9. Código de Ética

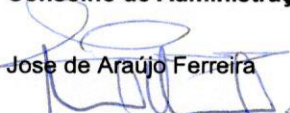
Todos os integrantes da equipe da Coopertim aderiram em 15/03/2010, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Timóteo, 21 de março de 2022

### Conselho de Administração

  
Jose de Araujo Ferreira

  
Carlos Eduardo Lisboa e Almeida

  
Marcela de Assis Roque

  
Magda Drummond Nunes Castro

  
José Olem Gonçalves

  
Raimundo Martins dos Santos

### Diretoria Executiva

  
Jose De Araujo Ferreira

  
Diretor Presidente

**Carlos Eduardo Lisboa E Almeida**

Diretor Administrativo

  
**Marcela De Assis Roque**

Diretora Financeira




Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda

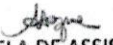
4127-Cooperptim


BALANÇO PATRINOMIAL ENCERRADO EM 31/12/2021

ATIVO	NOTAS	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO CIRCULANTE E REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>11.254.662,58</b>	<b>9.831.568,41</b>
DISPONIBILIDADES	4	3.904.200,92	459.839,39
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	4	0,00	3.003.778,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	6.616.310,96	6.004.105,26
Setor Privado		6.751.888,64	6.132.404,44
(-) Provisão de Crédito		-135.577,68	-128.299,18
OUTROS CRÉDITOS	6	734.150,70	363.845,72
Diversos		1.204.191,69	833.886,71
Prov. p/ Outros Créd. de Liq. Duvidosa		-470.040,99	-470.040,99
OUTROS VALORES E BENS		0,00	0,00
Despesas Antecipadas		0,00	0,00
<b>PERMANENTE</b>		<b>3.321,95</b>	<b>696.099,95</b>
IMOBILIZADO DE USO	8	3.321,95	4.754,37
Investimentos	7	0,00	691.345,58
Outras Imobilizações de Uso		38.471,14	38.471,14
(-) Depreciações Acumuladas	8	-35.149,19	-33.716,77
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>11.257.984,53</b>	<b>10.527.668,36</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE E REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>1.459.304,24</b>	<b>1.250.888,15</b>
OUTRAS OBRIGAÇÕES	9	1.459.304,24	1.250.888,15
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados		1.709,77	2.543,34
Sociais e Estatutárias	9.1	1.332.784,73	1.157.921,30
Fiscais e Previdenciárias	9.2	11.261,88	6.683,18
Diversas	9.3	113.547,86	83.740,33
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	10	<b>9.798.680,29</b>	<b>9.276.780,21</b>
Capital de Domiciliados no País	10(a)	7.057.104,36	6.582.890,51
Reservas de Lucros	10(c)	2.225.388,26	2.010.864,80
Sobras ou Perdas Acumuladas	10(e)	516.187,67	683.024,90
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>11.257.984,53</b>	<b>10.527.668,36</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

  
JOSÉ DE ARAÚJO FERREIRA  
DIRETOR PRESIDENTE

  
MARCELA DE ASSIS ROQUE  
DIRETORA FINANCEIRA

  
CARLOS E DUARDO L ALMEIDA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

  
VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA  
CONTADORA  
CRC MG-79571-O-7




**DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO**

ENCERRADO EM: 31/12/2021

Em reais


Descrição	Notas	Segundo Semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>797.258,11</b>	<b>1.534.105,20</b>	<b>1.562.702,13</b>
Operações de Crédito	13	797.258,11	1.534.105,20	1.562.702,13
<b>DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(5.160,46)</b>	<b>(33.511,42)</b>	<b>4.141,58</b>
Provisão para Operações de Créditos	14	(5.160,46)	(33.511,42)	4.141,58
<b>RESULTADO BRUTO INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>792.097,65</b>	<b>1.500.593,78</b>	<b>1.566.843,71</b>
<b>OUTROS INGRESSOS/REC. (DISPÊNDIOS/DESP.) OPERACIONAIS</b>		<b>(297.732,77)</b>	<b>(549.591,59)</b>	<b>(553.505,49)</b>
Dispêncido/Despesas de Pessoal	15	(207.173,22)	(380.735,69)	(329.157,86)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	16	(183.654,19)	(324.669,39)	(347.032,68)
Dipêndios/Despesas Tributárias	15	(606,13)	(1.564,75)	(1.219,89)
Outras receitas operacionais	17	94.842,89	160.165,59	124.765,71
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	18	(1.142,12)	(2.787,35)	(860,77)
Resultado de Equivalencia Patrimonial		-	-	-
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>494.364,88</b>	<b>951.002,19</b>	<b>1.013.338,22</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	19	<b>(6.707,46)</b>	<b>(6.707,46)</b>	<b>803,20</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>	19	<b>487.657,42</b>	<b>944.294,73</b>	<b>1.014.141,42</b>
<b>RESULTADO ANTES PROVISÃO JUROS AO CAPITAL</b>		<b>487.657,42</b>	<b>944.294,73</b>	<b>1.014.141,42</b>
<b>JUROS AO CAPITAL</b>	12	<b>(212.685,43)</b>	<b>(299.060,14)</b>	<b>(160.360,30)</b>
<b>SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO</b>		<b>274.971,99</b>	<b>645.234,59</b>	<b>853.781,12</b>
<b>PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS</b>		<b>(129.046,92)</b>	<b>(129.046,92)</b>	<b>(170.756,22)</b>
<b>F A T E S</b>				
Reserva Legal	10(e)	(64.523,46)	(64.523,46)	(85.378,11)
F A T E S - ATOS NÃO COOPERATIVOS	10(e)	(64.523,46)	(64.523,46)	(85.378,11)
REVERSÃO DE RESERVAS		-	-	-
<b>SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	10(e)	<b>145.925,07</b>	<b>516.187,67</b>	<b>683.024,90</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

  
JOSÉ ARAÚJO FERREIRA  
DIRETOR PRESIDENTE

  
CARLOS E DUARDO L ALMEIDA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

  
MARCELA DE ASSIS ROQUE  
DIRETORA FINANCEIRA

  
VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA  
CONTADORA  
CRC MG-79.571-O-7



Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda  
4127 – Coopertim

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

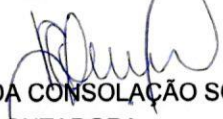
DRA	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Sobras/Perdas Líquidas	145.925,07	516.187,67	683.024,90
Outros resultados abrangentes			
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>145.925,07</b>	<b>516.187,67</b>	<b>683.024,90</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

  
JOSÉ ARAÚJO FERREIRA  
DIRETOR PRESIDENTE

  
CARLOS E DUARDO L ALMEIDA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

  
MARCELA DE ASSIS ROQUE  
DIRETORA FINANCEIRA

  
VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA  
CONTADORA  
CRC MG-079571-O-7



Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda  
4127 - Coopertim

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 / 2020**

(Em Reais)

DESCRIÇÃO	Notas	2º SEMESTRE 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>Atividades Operacionais</b>				
<b>Sobras/Perdas do Exercício</b>	<b>19</b>	<b>487.657,42</b>	<b>944.294,73</b>	<b>1.014.141,42</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	-
Provisão para Operações de Crédito		(13.737,42)	7.278,50	(31.499,27)
Depreciações e Amortizações	16	737,94	1.432,42	1.201,66
Despesa de Juros ao Capital	12	(212.685,43)	(299.060,14)	(160.360,30)
		<b>261.972,51</b>	<b>653.945,51</b>	<b>823.483,51</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-
Relações Interfinanceiras		-	-	-
Relações Interdependências		-	-	-
Operações de Crédito		31.974,80	(619.484,20)	207.771,87
Outros Créditos		13.187,16	(370.304,98)	(293.001,01)
Outros Valores e Bens		8.515,23	-	-
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>				
Depósitos a Vista		-	-	-
Depósitos de Poupança		-	-	-
Depósitos sob Aviso		-	-	-
Depósitos a Prazo		-	-	-
Outros Depósitos		-	-	-
Outras Obrigações		193.676,89	208.416,09	322.111,53
Recur. de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias - LCA		-	-	-
Relações Interdependências		-	-	-
Relações Interfinanceiras		-	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	-	-
Resultado de Exercícios Futuros		-	-	-
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>		<b>509.326,59</b>	<b>(127.427,58)</b>	<b>1.060.365,90</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>				
Alienação de Investimento				
Alienação de Imobilizações de Uso				
Aplicação no Intangível				
Aplicação no Diferido				
Saldo de Incorporações				
Inversões em Imobilizado de Uso				
Inversões em Investimentos			691.345,58	(191.143,67)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>		<b>-</b>	<b>691.345,58</b>	<b>(191.143,67)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>				
Doação		-	-	-
Outros Fundos		-	-	-
Ao FATES		-	(233.024,90)	(456.803,39)
Reversão de Outros Fundos		-	-	-
Em Conta Corrente do Associado		-	(300.000,00)	(450.000,00)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-
Incorporação de capital - Ex associados		-	-	-
Por Subscrição/Realização		378.299,14	865.259,87	863.769,75
Por Devolução ( - )		(111.545,87)	(391.046,02)	(730.233,44)
Subscrição de Juros ao Capital		-	-	-



Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda  
4127 - Coopertim

Estorno Capital Subscrito		-	-	-
Saldo das Incorporações		-	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital		-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-
FATES - Atos Cooperativos	10(e)	(64.523,46)	(64.523,46)	(85.378,11)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>		<b>202.229,81</b>	<b>(123.334,51)</b>	<b>(858.645,19)</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>		<b>711.556,40</b>	<b>440.583,49</b>	<b>10.577,04</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquida</b>				
No Início do Período				
No Fim do Período		3.192.644,52	3.463.617,43	3.453.040,39
<b>Varição Líquida das Disponibilidades</b>		<b>711.556,40</b>	<b>440.583,49</b>	<b>10.577,04</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

  
JOSÉ ARAÚJO FERREIRA  
DIRETOR PRESIDENTE

  
CARLOS E DUARDO L ALMEIDA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

  
MARCELA DE ASSIS ROQUE  
DIRETORA FINANCEIRA

  
VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA  
CONTADORA  
CRC MG-079571-O-7



Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda  
4127 - COOPERTIM

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
4127 - COOPERTIM

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Legal		
<b>Saldo em 31/12/19</b>	<b>5.999.354,20</b>	<b>1.525.486,69</b>	<b>1.756.803,39</b>	<b>9.281.644,28</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores				
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>				
Doação				
Outros Fundos				
Ao FATES			(456.803,39)	<b>(456.803,39)</b>
Constituição de Reservas		400.000,00	(400.000,00)	
Reversão de Outros Fundos				
Juros ao Capital				
Em Conta Corrente do Associado			(450.000,00)	<b>(450.000,00)</b>
Ao Capital	450.000,00		(450.000,00)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados				
Incorporação de capital - Ex associados				
<b>Movimentação de Capital:</b>				
Por Subscrição/Realização	863.769,75			<b>863.769,75</b>
Por Devolução ( - )	(730.233,44)			<b>(730.233,44)</b>
<b>Reversões de Reservas</b>				
<b>Estorno Capital Subscrito</b>				
<b>Saldo das Incorporações</b>			1.014.141,42	<b>1.014.141,42</b>
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>			(160.360,30)	<b>(160.360,30)</b>
<b>Provisão do Juros ao Capital</b>				
<b>Subscrição dos Juros ao Capital</b>				
<b>IRRF sobre Juros ao Capital</b>				
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>				
<b>Destinação das Sobras ou Perdas:</b>				
. Fundo de Reserva		85.378,11	(85.378,11)	
. F A T E S			(85.378,11)	<b>(85.378,11)</b>
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>6.582.890,51</b>	<b>2.010.864,80</b>	<b>683.024,90</b>	<b>9.276.780,21</b>
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>				
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>				
Doação				
Outros Fundos				
Ao FATES			(233.024,90)	<b>(233.024,90)</b>
Constituição de Reservas		150.000,00	(150.000,00)	
Reversão de Outros Fundos				
Em Conta Corrente do Associado			(300.000,00)	<b>(300.000,00)</b>
Ao Capital				
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados				
Incorporação de capital - Ex associados				
<b>Movimentação de Capital:</b>				
Por Subscrição/Realização	865.259,87			<b>865.259,87</b>
Por Devolução ( - )	(391.046,02)			<b>(391.046,02)</b>
<b>Estorno Capital Subscrito</b>				
<b>Reversões de Reservas</b>				
<b>Saldo das Incorporações</b>			944.294,73	<b>944.294,73</b>
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>			(299.060,14)	<b>(299.060,14)</b>
<b>Provisão do Juros ao Capital</b>				
<b>Subscrição de Juros ao Capital</b>				
<b>IRRF sobre Juros ao Capital</b>				



**FATES - Atos Não Cooperativos****Destinação das Sobras ou Perdas:**

. Fundo de Reserva	64.523,46	(64.523,46)	
. F A T E S		(64.523,46)	<b>(64.523,46)</b>
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>7.057.104,36</b>	<b>2.225.388,26</b>	<b>516.187,67</b>

**Saldos em 30/06/2021**

<b>6.790.351,09</b>	<b>2.160.864,80</b>	<b>370.262,80</b>	<b>9.321.478,49</b>
---------------------	---------------------	-------------------	---------------------

**Ajustes de Exercícios Anteriores****Destinação de Sobras Exercício Anterior**

Doação

Outros Fundos

Ao FATES

Constituição de Reservas

Reversão de Outros Fundos

Em Conta Corrente do Associado

Ao Capital

Cotas de Capital à Pagar - Ex associados

Incorporação de capital - Ex associados

**Movimentação de Capital:**

Por Subscrição/Realização

378.299,14

**378.299,14**

Por Devolução (-)

(111.545,87)

**(111.545,87)**

Estorno Capital Subscrito

**Reversões de Reservas****Saldo das Incorporações****Sobras ou Perdas Líquidas**

487.657,42

**487.657,42****Provisão de Juros ao Capital****Subscrição dos Juros ao Capital**

(212.685,43)

**(212.685,43)****IRRF sobre Juros ao Capital****FATES - Atos Não Cooperativos****Destinação das Sobras ou Perdas:**

. Fundo de Reserva

64.523,46

(64.523,46)

. F A T E S

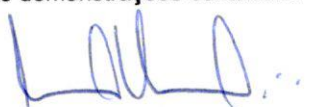
(64.523,46)

**(64.523,46)****Saldos em 31/12/2021**

<b>7.057.104,36</b>	<b>2.225.388,26</b>	<b>516.187,67</b>	<b>9.798.680,29</b>
---------------------	---------------------	-------------------	---------------------

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

  
 JOSÉ ARAÚJO FERREIRA  
 DIRETOR PRESIDENTE

  
 CARLOS E DUARDO L ALMEIDA  
 DIRETOR ADMINISTRATIVO

  
 MARCELA DE ASSIS ROQUE  
 DIRETORA FINANCEIRA

  
 VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA  
 CONTADORA  
 CRC MG-079571-O-7



## Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda COOPERTIM

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em Reais)

#### 1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda - COOPERTIM, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira, fundada em 10/10/1984. Durante seus 37 anos de existência vêm buscando oferecer oportunidades e ampliar sua área de atuação, incluindo também outros servidores que prestam serviços ao Município. O objetivo da COOPERTIM é atuar com eficiência e responsabilidade, auxiliando seus cooperados em ações de ordem econômica e social, através da participação mútua promovendo a igualdade de direitos. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A **COOPERTIM** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

#### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 17/03/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

##### 2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

###### a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução nº 2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2021.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

#### **b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

- Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.
- A Resolução CMN 4.817/20 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022.
- Resolução CMN 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.
- A Resolução CMN 4.818/20 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto no artigo 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.
- A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil

dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Composto pelas disponibilidades e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

#### **d) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **e) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **f) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **g) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **h) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **i) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### j) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### k) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

#### m) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### n) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

#### o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

### 4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2010
Caixa e depósitos bancários	899.114,30	459.839,39
Aplicações Bancárias (a)	3.005.086,62	0,00
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	0,00	3.003.778,04
<b>TOTAL</b>	<b>3.904.200,92</b>	<b>3.463.617,43</b>

(a) Referem-se a aplicações financeiras junto a Caixa Econômica Federal.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN

nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos no exercício findo em 31/12/2020 foi de **R\$81.909,12**, com taxa média de 0,37% do CDI no respectivo período.

## 5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados				6.132.404,44
Financiamentos				
Financiamentos Rurais e Agroindustriais				
<b>Total de Operações de Crédito</b>	6.751.888,64		6.132.404,44	6.132.404,44
(-) Provisões para Operações de Crédito	(135.577,68)		(128.299,18)	(128.299,18)
<b>TOTAL</b>	6.616.310,96		6.004.105,26)	6.004.105,26

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
A	- Normal	0,00					0,00	0,00
A	0,5% Normal	5.687.371,19			5.687.371,19	28.436,86	4.491.723,35	22.458,62
B	1% Normal	767.004,57			767.004,57	7.670,04	1.216.164,97	12.161,65
B	1% Vencidas	31.501,83			31.501,83	315,02	63.933,02	639,33
C	3% Normal	30.141,48			30.141,48	904,24	122.365,02	3.673,95
C	3% Vencidas	3.887,73			3.887,73	116,62	19.111,47	573,34
D	10% Normal	52.697,33			52.697,33	5.269,73	91.342,80	9.134,28
D	10% Vencidas	50.288,97			50.288,97	5.028,90	3.854,69	385,47
E	30% Normal	36.085,68			36.085,68	10.825,70	32.284,65	9.685,40
E	30% Vencidas	7.726,67			7.726,67	2.318,00	1.800,52	540,15
F	50% Normal	764,35			764,35	382,18	17.475,15	8.737,58
F	50% Vencidas	19.973,52			19.973,52	9.986,76	22.279,07	11.139,53
G	70% Normal	0,00			0,00	0,00	2.260,48	1.582,34
G	70% Vencidas	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
H	100% Normal	31.737,46			31.737,46	31.737,46	37.694,93	37.694,93
H	100% Vencidas	32.586,17			32.586,17	32.586,17	9.892,63	9.892,63
<b>Total Normal</b>		6.605.802,06			6.605.802,06	85.226,21	6.011.411,35	105.128,75
<b>Total Vencidos</b>		145.964,89			145.964,89	50.351,47	120.871,40	23.170,45
<b>Total Geral</b>		6.751.766,95			6.751.766,95	135.577,68	6.132.411,35	128.299,20
<b>Provisões</b>		(135.577,68)			(135.577,68)		(128.299,20)	-
<b>Total Líquido</b>		6.616.189,27			6.616.189,27		6.004.112,15	-

## c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	583.194,41	1.235.367,53	4.824.186,57	6.642.748,51
Financiamentos				
Financiamentos Rurais				
Conta Corrente				
<b>TOTAL</b>	583.194,41	1.235.367,53	4.824.186,57	6.642.748,51

## d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamentos Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio					
Setor Privado - Indústria					
Setor Privado - Serviços					
Pessoa Física	6.751.888,64			6.751.888,64	100
Outros					
<b>TOTAL</b>	6.751.888,64			6.751.888,64	100

## e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(128.299,18)	(159.798,45)
Constituições	(69.193,74)	(75.301,08)
Reversões	61.915,24	106.800,35
Transferência para prejuízo		
<b>TOTAL</b>	(135.577,68)	(128.229,18)

## f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	89.972,62	1,33	101.103,25	1,65
10 Maiores Devedores	543.162,96	8,04	638.234,43	10,41
50 Maiores Devedores	1.795.292,54	26,58	1.903.112,68	31,04

## g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	244.450,13	292.790,11
Valor das operações transferidas no período	93.200,84	113.949,89
Valor das operações recuperadas no período	(98.732,51)	(162.289,87)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas		
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas		
<b>TOTAL</b>	238.918,46	244.450,13

## h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2021 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$1.424.832,36, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

## 6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados				
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber				
Outras rendas a receber				
Rendimentos Centralização Financeira - Central (a)	0,00		5.033,45	
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais (b)	8.654,37		11.280,37	
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (c)	500,00		500,00	
Devedores por depósitos em garantia (d)	33.650,75		32.221,50	
Impostos e contribuições a compensar				
Títulos e créditos a receber (e)	1.161.386,57		470.040,99	
Devedores diversos – país (f)	0,00		314.810,40	
<b>(-) Provisões para outros créditos</b>	<b>(470.040,99)</b>		<b>(470.040,99)</b>	
(-) Com características de concessão de crédito (g)	(470.040,99)		(470.040,99)	
<b>TOTAL</b>	<b>734.150,70</b>		<b>363.845,72</b>	

(a) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB R\$0,00 referente ao mês de 12/2021.

(b) Refere-se a valor antecipado ao fundo fixo (R\$500,00).

(c) Refere-se a valor de antecipações salariais (R\$8.654,37).

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$6.791,05), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$26.859,70), totalizando (R\$33.750,75).

(e) Do valor contabilizado R\$1.161.386,57, R\$470.040,99 refere-se a valores a receber da Prefeitura Municipal de Timóteo referente a diversos anos. O desconto em folha dos servidores era enviado, estes descontados nos vencimentos, porém não repassados a cooperativa, e R\$691.345,58 refere-se a valor das quotas de capital a receber referente à descentralização da cooperativa.

A cooperativa ingressou em juízo, impetrando uma Ação Cautelar contra o Município de Timóteo, a ação transitou em julgado com sentença favorável a COOPERTIM, o processo encontra-se em fase de execução.

(f) Refere-se: R\$0,00 a valores a receber da Prefeitura Municipal e Timóteo referente ao mês anterior.

(g) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:



	Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Outros Créditos	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-		0,00		0,00		0,00	0,00
A	0,5%		5.687.371,19		5.687.371,19	28.436,86	4.491.723,35	22.458,62
B	1%		798.506,40		798.506,40	7.985,06	1.280.097,99	12.800,98
C	3%		34.029,21		34.029,21	1.020,86	141.576,49	4.247,29
D	10%		102.986,30		102.986,30	10.298,63	95.197,49	9.519,75
E	30%		43.812,35		43.812,35	13.143,70	34.085,17	10.225,55
F	50%		20.737,87		20.737,87	10.364,94	39.754,22	19.877,11
G	70%		0,00		0,00	0,00	2.260,48	1.582,34
H	100%		64.323,63		64.323,63	64.323,63	47.587,56	47.587,56
<b>Total Normal</b>			6.605.802,06		6.605.802,06	85.226,21	6.011.411,35	105.128,75
<b>Total Vencidos</b>			145.964,89		145.964,89	50.351,47	120.871,40	23.170,45
<b>Total Geral</b>			6.751.766,95		6.751.766,95	135.577,68	6.132.282,75	128.299,20
<b>Provisões</b>			(135.577,68)		(135.577,68)		(128.299,20)	
<b>Total Líquido</b>			6.616.189,27		6.616.189,27		6.003.983,55	

## 7. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participações em cooperativa central de crédito (a)	0,00	691.345,58
(-) integralizações a realizar		
Participações inst financ controlada coop crédito		
Outros Investimentos		
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>691.345,58</b>

(a) Refere-se a cotas de capital na Central de crédito em 2020.

## 8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso			
Terrenos			
Edificações			
Instalações	5.947,77	5.947,77	
Móveis e equipamentos de Uso	21.980,37	21.980,37	
Sistema de Comunicação	0,00	0,00	
Sistema de Processamento de Dados	10.543,00	10.543,00	
Sistema de Segurança	0,00	0,00	
Sistema de Transporte	0,00	0,00	
(-) Total Depreciação Acumulada	(35.149,19)	(33.716,77)	
<b>TOTAL</b>	<b>3.321,95</b>	<b>4.754,37</b>	

## 9. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.709,77		2.543,34	
Sociais e Estatutárias	1.332.784,73		1.157.921,30	
Fiscais e Previdenciárias	11.261,88		6.683,18	
Diversas	113.547,86		83.740,33	
<b>TOTAL</b>	<b>1.459.304,24</b>		<b>1.250.888,15</b>	

### 9.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	1.033.724,59		997.561,00	
Resultado de Atos com não Associados	0,00		0,00	
Cotas de Capital a Pagar (b)	48.502,37		160.360,30	
<b>TOTAL</b>	<b>1.332.784,73</b>		<b>1.157.921,30</b>	

(a) Do valor contabilizado R\$1.033.724,59: R\$985.222,22 refere-se ao FATES, que é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/197, e R\$299.060,14 refere-se a dividendos e bonificações a pagar.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

### 9.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar				
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros				
Impostos e Contribuições sobre Salários	11.261,25		6.683,18	
Outros				
<b>TOTAL</b>	<b>11.261,25</b>		<b>6.683,18</b>	

### 9.3 Diversas

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos				
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros				
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	55.858,45		40.803,71	
Provisão para Passivos Contingentes (b)	33.589,41		32.221,50	
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	0,00		0,00	
Credores Diversos – País (c)	24.100,00		10.715,12	
<b>TOTAL</b>	<b>113.547,86</b>		<b>83.740,33</b>	

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com folha de pagamento, encargos, honorários da diretoria, despesas administrativas e valores a regularizar.

(b) Provisão para passivos contingentes (pis e cofins).

(c) Refere-se à contribuição cooperativista, seguro prestamista e cheques em trânsito.

### 10. Patrimônio líquido

#### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	7.057.104,36	6.582.890,51
Associados	911	836

#### b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) O valor da reserva atual é de R\$2.225.388,26.

#### d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

#### e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2021	2020
Sobra líquida do exercício	645.234,59	853.781,12
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0,00	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	645.234,59	853.781,12
Destinações estatutárias	(129.046,92)	(170.756,22)
Reserva legal - 10%	(64.523,46)	(85.378,11)
Fundo de assistência técnica, educacional e social = 10%	(64.523,46)	(85.378,11)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	516.187,67	683.024,90

### 11. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2º sem/21	2021	2º sem/20	2020
Receita de prestação de serviços	-	-	-	-
Despesas específicas de atos não cooperativos	-	-	-	-
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	-	-	-	-
Resultado operacional	-	-	-	-
Receitas (despesas) não operacionais líquidas	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	-	-	-	-

### 12. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de 2021, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$299.060,14, equivalente a 0,23% variação da SELIC. Em 2020, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$160.360,30, equivalente a 0,23% da variação da SELIC.

### 13. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas de Empréstimos	772.125,72	1.494.819,17	720.188,70	1.472.585,01
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas de Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	25.132,39	39.286,03	35.874,53	90.117,12
<b>TOTAL</b>	797.258,11	1.534.105,20	756.063,23	1.562.702,13

### 14. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas De Captação				
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses				
Provisões para Operações de Crédito	(5.160,46)	(33.511,42)	34.589,38	4.141,58
Provisões para Outros Créditos				
<b>TOTAL</b>	(5.160,46)	(33.511,42)	34.589,38	4.141,58

### 15. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(17.375,00)	(28.553,00)	(13.820,00)	(24.407,85)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(68.786,63)	(126.973,03)	(55.716,57)	(114.140,16)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(19.237,49)	(39.035,29)	(20.092,27)	(38.641,06)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(39.378,09)	(69.851,76)	(30.151,28)	(55.558,67)
Despesas de Pessoal - Proventos	(62.396,01)	(116.322,61)	(50.780,93)	(96.410,12)
<b>TOTAL</b>	<b>(207.173,22)</b>	<b>(380.735,69)</b>	<b>(170.561,05)</b>	<b>(329.157,86)</b>

### 16. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(3.029,16)	(8.516,89)	(2.618,89)	(5.577,14)
Despesas de Aluguéis	(8.300,00)	(15.880,00)	(7.320,00)	(13.790,00)
Despesas de Comunicações	(1.781,31)	(5.327,48)	(3.668,69)	(7.246,56)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	0,00	0,00	(1.680,00)	(3.395,00)
Despesas de Material	(6.229,81)	(17.034,93)	(3.385,68)	(10.841,58)
Despesas de Processamento de Dados	(40.414,26)	(71.868,66)	(34.707,26)	(61.436,78)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(23.793,00)	(23.793,00)	(11.000,00)	(11.120,00)
Despesas de Propaganda e Publicidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Publicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Seguros	(1.312,23)	(1.643,97)	(316,59)	(1.216,20)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.643,24)	(5.468,28)	0,00	0,00
Despesas de Serviços de Terceiros	(838,08)	(838,08)	(60,00)	(60,00)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(40.950,41)	(60.734,92)	(24.394,00)	(45.973,68)
Despesas Tributárias	(606,13)	(1.564,75)	(535,54)	(1.219,89)
Despesas de Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Viagem no País	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Amortização	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Depreciação	(737,94)	(1.432,42)	(680,70)	(1.201,66)
Outras Despesas Administrativas	(33.624,75)	(69.318,31)	(52.339,87)	(101.969,85)
Emolumentos judiciais e cartorários	0,00	0,00	0,00	0,00
Rateio de despesas da Central	(20.000,00)	(42.812,45)	(41.520,42)	(83.204,23)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>(184.260,32)</b>	<b>(326.234,14)</b>	<b>(186.227,64)</b>	<b>(348.252,57)</b>

### 17. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas				
Rendas Aplicação Financeiras	93.639,43	125.182,36	30.490,07	81.909,12
Outras - Reversão de Provisões Operacionais				
Dividendos				
Distribuição de sobras da central				
Rendas de repasses Delcredere				
Outras rendas operacionais	1.203,46	34.983,23	313,98	42.856,59

Rendas oriundas de cartões de crédito				
<b>TOTAL</b>	94.842,89	160.165,59	30.804,05	124.765,71

### 18. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/20
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações				
Despesas de Provisões Passivas				
Outras Despesas Operacionais	(1.142,12)	(2.787,35)	(313,98)	(860,77)
Descontos concedidos - operações de crédito				
Cancelamento - tarifas pendentes				
<b>TOTAL</b>	(1.142,12)	(2.787,35)	(313,98)	(860,77)

### 19. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens				
Ganhos de Capital				
Ganhos de Aluguéis				
Outras Rendas não Operacionais	(6.707,46)	(6.707,46)	1.753,20	803,20
(-) Perdas de Capital				
(-) Despesas de Provisões não Operacionais				
<b>Resultado Líquido</b>	487.657,42	944.294,73	466.107,19	1.014.141,42

### 20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de <2021>:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-
<b>Montante das Operações Passivas</b>	-	-	-

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2021:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Crédito Rural	-	-	-
Empréstimo	157.092,99	937,94	2,32

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	-	-	-
Depósitos a Prazo	-	-	-

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,5%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	-

(\*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho de administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2021	
CPR (física, financeira, coobrigações)	-
Empréstimos e Financiamentos	-
Crédito Rural (modalidades)	-
Aplicações Financeiras	-

d) Créditos baixados como prejuízo no decorrer do período:

MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS COM PREJUÍZO DE PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2021	
Cobrança Administrativa	-
Cobrança Judicial	-
Não cobrados	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>-</b>

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	-
Empréstimo	-

f) As doações efetuadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

DOAÇÕES A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)	
Pessoa Física	-
Pessoa Jurídica	-
<b>TOTAL DOAÇÕES</b>	<b>-</b>

g) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2021	2020
-	-

h) No exercício de <2020> os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	28.553,00
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	126.973,03
Encargos Sociais	44.401,00
Plano de Saúde	-

i) No decorrer do exercício houve aquisições no montante de R\$0,00, por partes relacionadas, de Bens recebidos pela Singular em dação e pagamento, bem como da venda de bens patrimoniais da Cooperativa.

## 21. Desfiliação da Cooperativa Central

Considerando a desfiliação da COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMÓTEO LTDA. – COOPERTIM, DO SICOOB CENTRAL CECREMGE no ano de 2020, foi estabelecido com esta mesma CENTRAL um convênio cujos serviços prestados são: Assessoria para alterações estatutárias, processos assembleares e Governança Corporativa; Consultoria Indireta (Consultas, Orientações e Disponibilização de Normativos); Monitoramento e Gestão de Riscos (Matriz de Riscos); ACIR Centralizado e ouvidoria. Em 2021, considerando que COOPERTIM tornou-se cooperativa singular independente, foi iniciado processo de implementação de estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos, nos termos dos arts. 61 a 67 da Resolução no 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, além dos requisitos adicionais previstos nos art. 19 a 30 da Resolução no 4.606, de 19 de outubro de 2017.

## 22. Gerenciamento de Riscos

A gestão integrada de riscos e de capital abrange os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental e de gerenciamento de capital.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

### 22.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### 22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela cooperativa,



e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

### 22.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### 22.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete a administração da cooperativa a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política de risco de crédito, além do monitoramento das carteiras de crédito.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

### 22.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

## 23. Índice de Basileia


As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.606, de 19/10/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2021	2020
Patrimônio de Referência	364.217,58	377.176,64

Timóteo, MG, 21 de março de 2021




Jose de Araújo Ferreira  
Diretor Presidente



Carlos Eduardo Lisboa e Almeida  
Diretor Administrativo



Marcela de Assis Roque  
Diretora Financeira



Valdenice da Consolação Souza  
Contadora  
CRC MG-79.571-O-7